

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 68/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 308/2025

A **FUNDAÇÃO EDUCACIONAL GUAÇUANA** torna público, para conhecimento dos interessados, que se encontra em andamento o **Processo Administrativo nº 308** que tem como objeto a **contratação de empresa especializada na prestação de serviços de reforma, com material e mão de obra inclusas, das salas 1 e 2 do Bloco F, tornando-as um ambiente único de socialização para os alunos do curso de medicina, que possuem aulas em período integral**, em conformidade com os requisitos e condições estabelecidas no Termo de Referência (TR).

Em atenção ao disposto no Art. 75, § 3º da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 – Lei de Licitações e Contratos Administrativos – A **Fundação Educacional Guaçuana** manifesta interesse em obter propostas adicionais, abrindo-se o prazo de 03 (três) dias úteis para as empresas interessadas manifestarem-se com a apresentação de propostas.

A PARTICIPAÇÃO NO CERTAME OCORRERÁ, CONFORME O ESTABELECIDO A SEGUIR:

Os interessados deverão enviar suas propostas comerciais por e-mail, no endereço eletrônico compras@francomontoro.com.br até às 16h do dia 19/09/2025, horário de Brasília. Dúvidas e esclarecimento podem ser obtidos através do e-mail acima ou pelos telefones (19) 3861-6606 / (19) 99736-7611.

NÃO PODERÃO PARTICIPAR DESTA DISPENSA DE LICITAÇÃO OS FORNECEDORES:

- a) que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu Termo de Referência;
- b) estejam sob processo de falência ou recuperação judicial e extrajudicial ou concurso de credores, em dissolução ou liquidação;
- c) tenham sido declaradas inidôneas por ato do Poder Público;
- d) estejam suspensas ou impedidas de licitar e contratar com a Administração Pública;

DA PROPOSTA FINANCEIRA:

a) Apresentar proposta detalhada com planilha de composição de custos unitários, devidamente justificados conforme a metodologia da ABNT e os referenciais do SINAPI ou tabelas similares;

b) Incluir todos os encargos legais, tributos, custos diretos e indiretos, mobilização e desmobilização de equipe, transporte de materiais e uso de equipamentos;

c) Declarar que garante a manutenção dos preços durante a vigência do contrato, exceto nos casos expressamente permitidos pela legislação.

A apresentação da proposta de preços implicará em plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste aviso e em seus anexos.

DA HABILITAÇÃO:

Decorrido o prazo para recebimento das propostas, a empresa detentora da proposta mais vantajosa para a **Fundação Educacional Guaçuana**, será convocada para envio de documentação que comprove reunir as condições necessárias para responder às especificações do Termo de Referência, em até 02 (dois) dias úteis após a convocação.

Para habilitação da empresa vencedora serão verificados os seguintes documentos:

- Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, ou registro empresarial devidamente registrado na Junta Comercial;

- Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da respectiva consolidação, conforme legislação em vigor.

- Em se tratando de sociedade por ações, o estatuto social deverá vir acompanhado dos documentos de eleição de seus administradores.

- No caso de microempresários individuais, por serem dispensados de apresentar Certidão expedida pela Junta Comercial, deverão comprovar sua habilitação jurídica e o ramo de atividade compatível mediante a apresentação do Certificado de Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI.

- Autorização para o exercício da atividade a ser contratada, quando cabível.

- Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira, em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

- Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda – CNPJ/MF.

- Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e Municipal, se houver, relativo à sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto licitado.

- Prova de regularidade fiscal para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, conforme seguem:

- Certidão Negativa Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, expedida pela Receita Federal do Brasil, ou, Certidões Negativas expedidas separadamente, ou seja, pela Receita Federal, relativa a Tributos Federais, e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, relativa à Dívida Ativa da União;

- Certidão Negativa de Débitos relativos a Tributos Estaduais relacionados com o objeto licitado, expedida pela Secretaria Estadual da Fazenda, através da Unidade Administrativa, da sede da Licitante e dos DÉBITOS INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA, emitida pela Secretaria da Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativos a atividade da empresa;

- Certidão Negativa de Débitos Tributários Mobiliários relativos à sede da Licitante;
- Certificado de Regularidade do FGTS - CRF, fornecido pela Caixa Econômica Federal;
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT.

Serão aceitas como prova de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, bem como perante o INSS, FGTS, as certidões positivas com efeito de negativas e certidões positivas que noticiem em seu corpo que os débitos estão judicialmente garantidos ou com sua exigibilidade suspensa.

– Para fins de qualificação técnica, deverá cumprir com as seguintes exigências:

a) Comprovação de aptidão para a realização do objeto da presente licitação, através de atestado(s) emitido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, demonstrando que a empresa licitante realizou ou esteja realizando prestação de serviços semelhante ao objeto, em qualquer quantidade e época.

b) Certidão de Registro ou Inscrição no CREA ou no CAU, válida na data do certame.

c) Indicação de um responsável técnico legalmente habilitado como Engenheiro civil e ou arquiteto, com registro no respectivo conselho profissional (CREA ou CAU), detentor de CAT de serviços com no mínimo as seguintes características: Execução de reforma de alvenaria; Serviços de impermeabilização; Serviços de instalação de pisos.

- Declaração firmada pela empresa proponente de inexistência de impedimentos legais para contratar com a Administração Pública, de que os materiais utilizados na execução dos serviços são novos, exceto aqueles que serão reutilizados conforme determinação da FMPFM, e que atende as normas de segurança do trabalho.

SERÃO DESCLASSIFICADAS AS PROPOSTAS:

- a) cujo objeto não atenda as especificações, prazos e condições fixados neste Aviso;
- b) conter vícios insanáveis;
- c) apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Aviso e seus Anexos desde que insanável.

Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante ou da área especializada no objeto;

Se a proposta vencedora for desclassificada, será examinada a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

As normas disciplinadoras desta dispensa serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre as Licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

À Administração é reservado o direito de, a qualquer tempo e a seu exclusivo critério, por despacho motivado, anular ou revogar a presente licitação, sem que isso represente motivo para que as empresas participantes solicitem qualquer tipo de indenização.

As Licitantes assumirão todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e o Arquivo Público Municipal não será, em caso algum, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

As Licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do processo.

A Licitante vencedora se obriga a manter, durante o prazo de execução do ajuste, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, inclusive no que concerne ao cumprimento dos deveres trabalhistas que possuir.

Mogi Guaçu, 16 de setembro de 2025.

Thiago Aparecido dos Santos

Agente de Contratação

TERMO DE REFERÊNCIA – LEI 14.133/21
COMPRAS – CONTRATAÇÃO DIRETA POR DISPENSA DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO FEG 308/2025

1 – DO OBJETO

1.1 – Refere-se a reforma, com material e mão de obra inclusas, das salas F1 e F2 – Bloco F, salas 1 e 2 – tornando-as um ambiente único de socialização para os alunos do curso de medicina que possuem aulas em período integral, conforme as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

2 – DA JUSTIFICATIVA

2.1 Aprimoramento do ambiente acadêmico: A transformação das salas F1 e F2 em um único espaço de socialização visa atender à necessidade de um ambiente apropriado para integração, descanso e troca de experiências entre os estudantes do curso de Medicina, que permanecem na instituição em período integral.

2.2 Promoção da saúde mental e bem-estar: A criação de um espaço de convivência favorece a saúde mental e o equilíbrio emocional dos alunos, possibilitando momentos de relaxamento, interação social e apoio mútuo, aspectos fundamentais para estudantes submetidos a jornadas extensas e de alta intensidade.

2.3 Integração pedagógica e comunitária: O espaço de socialização contribuirá para a construção de vínculos entre os alunos, fortalecendo o sentimento de pertencimento à instituição e ampliando a troca de conhecimentos informais, que são relevantes para o desenvolvimento pessoal e acadêmico.

2.4 Otimização do uso do espaço físico: A adaptação das salas possibilita a readequação do ambiente físico às reais demandas do curso, garantindo melhor aproveitamento da infraestrutura já existente, sem necessidade de construção de novos prédios ou expansão externa.

2.5 Atendimento a práticas educacionais modernas: Ambientes de convivência estudantil estão alinhados com práticas pedagógicas contemporâneas, que valorizam a aprendizagem colaborativa, a interdisciplinaridade e a criação de uma cultura acadêmica mais humanizada.

2.6 Fortalecimento da imagem institucional: A disponibilização de espaços de qualidade para socialização e apoio aos discentes reforça o compromisso da instituição com a excelência acadêmica e com o cuidado integral do estudante, contribuindo positivamente para a reputação institucional.

2.7 Da Justificativa Do Modelo De Contratação

2.7.1 Devido ao valor apurado, infere-se que o modelo de contratação seja **Contratação Direta por Dispensa de Licitação** conforme art. 75, inciso I, da Lei 14.133/2021, atualizado pelo Decreto Federal 12.343/2024 onde se lê:

Art. 75 – É dispensável a licitação:

- I. para contratação que envolva valores inferiores a **R\$ 125.451,15** (Cento e vinte e cinco mil quatrocentos e cinquenta e um reais e quinze centavos), **no caso de obras e serviços de engenharia** ou de serviços de manutenção de veículos automotores*

II. (...)

III. (...)

3 – DAS ESPECIFICAÇÕES DOS PRODUTOS

ITEM	QTD.	UN.	DESCRIÇÃO
1	1	Serv.	Reforma, com material e mão de obra inclusas, das salas F1 e F2 – bloco F, salas 1 e 2 – tornando-as um ambiente único

4. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

4.1 Além das obrigações determinadas na Lei nº 14.133/2021, são obrigações da FMPFM:

4.1.1 receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

4.1.2 verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do equipamento recebido provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

4.1.3 comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

4.1.4 acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

4.1.5 efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

4.1.6 notificar a contratada, por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade;

4.1.7 aplicar as sanções administrativas contratuais pertinentes em caso de inadimplemento.

4.2 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 Executar integralmente os serviços conforme as especificações técnicas descritas neste Termo de Referência, incluindo fornecimento de todos os materiais, ferramentas, equipamentos e mão de obra necessários.

5.2 Elaborar e apresentar, antes do início dos serviços, o Plano de Execução da Obra, com cronograma físico-financeiro, etapas de intervenção, medidas de segurança e descrição dos materiais a serem utilizados, sujeito à aprovação da contratante.

5.3 Emissão de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) pelo responsável técnico apresentado na fase de habilitação e que acompanhará toda a execução dos serviços e responder tecnicamente pelo contrato.

5.4 Utilizar exclusivamente materiais novos, de primeira qualidade, exceto aqueles que serão reutilizados conforme exigência da FMPFM compatíveis com os existentes e em conformidade com as normas técnicas da ABNT, garantindo sua procedência e adequação à finalidade proposta.

5.5 Executar todos os serviços observando rigorosamente as normas de segurança do trabalho, especialmente no que se refere a trabalho em altura (NR-35) e uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), assumindo integral responsabilidade por acidentes que possam ocorrer com seus empregados ou terceiros.

5.6 Zelar pela integridade física do imóvel, sendo responsável por qualquer dano causado à estrutura existente, instalações elétricas, hidráulicas, mobiliários, equipamentos e bens da contratante, devendo reparar ou indenizar eventuais prejuízos.

5.7 Manter a limpeza e organização da área de trabalho, com remoção de resíduos, entulhos e materiais excedentes ao final de cada jornada e, especialmente, ao final da execução, entregando o local nas mesmas condições em que o recebeu.

5.8 Garantir a estanqueidade do sistema de cobertura após a execução, responsabilizando-se por eventual reaparecimento de infiltrações durante o prazo de garantia contratual, obrigando-se a corrigir, sem ônus adicional para a contratante, quaisquer falhas ou defeitos identificados.

5.9 Emitir relatório fotográfico e técnico de entrega da obra, contendo o descritivo dos serviços executados, identificação dos materiais aplicados e registro visual antes/depois, com assinatura do responsável técnico.

5.10 Cumprir rigorosamente os prazos estabelecidos no cronograma aprovado, salvo motivo de força maior devidamente comprovado e aceito pela Administração.

5.11 Apresentar, ao final dos serviços, termo de garantia dos materiais e da execução, com validade mínima de 05 (cinco) anos, contados a partir do aceite definitivo.

5.12 Permitir e colaborar com a fiscalização da contratante, fornecendo informações, acesso ao local da obra, documentação e demais elementos solicitados, sem embaraço à atuação do gestor e do fiscal do contrato.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

6.2.1 - Comprovação de aptidão para a realização do objeto da presente licitação, através de atestado(s) emitido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, demonstrando que a empresa licitante realizou ou esteja realizando prestação de serviços semelhante ao objeto, **em qualquer quantidade e época.**

6.2.2 - Certidão de Registro ou Inscrição no CREA ou no CAU, válida na data do certame.

6.2.3 - Indicação de um responsável técnico legalmente habilitado como Engenheiro civil e ou arquiteto, com registro no respectivo conselho profissional (CREA ou CAU), detentor de CAT de serviços com no mínimo as seguintes características:

- I. Execução de reforma de alvenaria;
- II. Serviços de impermeabilização;
- III. Serviços de instalação de pisos.

6.2.4 - Executar todos os trabalhos com equipe devidamente treinada em conformidade com as normas de segurança do trabalho.

6.3 - Requisitos Documentais

6.3.1 - Apresentar regularidade fiscal e trabalhista nos moldes do art. 27 da Lei nº 14.133/2021, incluindo:

- I. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);
- II. Prova de regularidade com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal;
- III. Prova de inscrição e situação regular no CNPJ;
- IV. Certificado de regularidade junto ao FGTS e INSS;

6.3.2 Comprovar habilitação jurídica mediante contrato social ou estatuto e, se necessário, atas de eleição de representantes legais;

6.3.3 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF.

6.3.4 Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e Municipal, se houver, relativo à sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto licitado.

6.3.5 Apresentar declaração de inexistência de impedimentos legais para contratar com a Administração Pública, de que os materiais utilizados na execução dos serviços são novos, exceto aqueles que serão reutilizados conforme determinação da FMPFM, e que atende as normas de segurança do trabalho.

6.4 Requisitos Financeiros

6.4.1 Apresentar proposta detalhada com planilha de composição de custos unitários, devidamente justificados conforme a metodologia da ABNT e os referenciais do SINAPI ou tabelas similares;

6.4.2 Incluir todos os encargos legais, tributos, custos diretos e indiretos, mobilização e desmobilização de equipe, transporte de materiais e uso de equipamentos;

6.4.3 Garantir, a manutenção dos preços durante a vigência do contrato, exceto nos casos expressamente permitidos pela legislação.

7. DA SUBCONTRATAÇÃO

7.1 Não é permitida a subcontratação pela contratada.

8. DO PAGAMENTO

8.1 O pagamento será realizado no prazo máximo de até 15 (Quinze) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

8.2 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.3 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.4 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.5 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado

à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

9 – DA ENTREGA

9.1 Os serviços deverão ser executados nas salas 1 e 2 do Bloco F (salas F1 e F2) localizado na Faculdade Municipal Professor Franco Montoro, campus Cachoeira, em Mogi Guaçu/SP, no período e condições estabelecidas no cronograma físico aprovado pela Administração, cujo prazo não pode exceder 60 (sessenta) dias.

9.2 A entrega será considerada concluída somente após a **finalização de todos os serviços contratados**:

9.3 A contratada deverá **comunicar formalmente a conclusão dos serviços** à contratante, por escrito, solicitando a vistoria para fins de aceite técnico.

9.4 A aceitação final dos serviços estará condicionada à:

- I. **Vistoria técnica** realizada por servidores designados, com emissão de termo de aceite provisório ou definitivo;
- II. Apresentação de **relatório técnico descritivo e fotográfico** da execução;
- III. Entrega da **ART ou RRT** do responsável técnico pela execução da obra;
- IV. Entrega do **termo de garantia** dos serviços e materiais aplicados, com validade mínima de 05 (cinco) anos.

9.5 Em caso de constatação de **falhas, vícios ou desconformidades**, a contratada será notificada para realizá-las sem ônus adicional, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogável a critério da Administração.

9.6 Somente após o atendimento pleno das condições acima será emitido o **termo de aceite definitivo**, marco que caracteriza a entrega formal do objeto contratado e permite o início da contagem do prazo de garantia contratual.

10. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

10.1 Ambiente integrado de socialização: criação de um espaço único e adequado para convivência dos estudantes do curso de Medicina, que permanecem em período integral na instituição, possibilitando momentos de descanso, troca de experiências e fortalecimento de vínculos.

10.2 Melhoria do bem-estar discente: oferta de um ambiente físico que contribua para a saúde mental, socialização e equilíbrio emocional, reduzindo os efeitos do estresse decorrente de longas jornadas de estudo.

10.3 Aprimoramento das condições acadêmicas: disponibilização de um espaço que estimule a integração e cooperação entre alunos, favorecendo práticas educacionais modernas que valorizam a aprendizagem colaborativa.

10.4 Otimização da infraestrutura existente: readequação de salas já disponíveis, evitando a necessidade de novas construções e garantindo uso eficiente do espaço físico institucional.

10.5 Conformidade técnica e de segurança: execução da obra em observância às normas técnicas (ABNT), de segurança do trabalho (NRs) e de acessibilidade (NBR 9050), assegurando durabilidade, funcionalidade e segurança do ambiente.

10.6 Valorização institucional: reforço da imagem da instituição como promotora de qualidade acadêmica e cuidado integral com seus estudantes, agregando valor à reputação e competitividade institucional.

10.7 Sustentabilidade e responsabilidade ambiental: destinação adequada de resíduos de construção e adoção de práticas sustentáveis no processo executivo, em consonância com diretrizes ambientais vigentes.

11. DA FISCALIZAÇÃO

11.1 A execução dos serviços contratados será acompanhada, fiscalizada e avaliada por servidor ou comissão designada pela Fundação Educacional Guaçuana – FEG, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, cabendo à fiscalização:

- I. Verificar o cumprimento do objeto conforme as especificações técnicas, condições contratuais e cronograma aprovado;
- II. Registrar ocorrências relevantes, apontar desconformidades e orientar quanto às providências corretivas;
- III. Emitir relatórios técnicos parciais e finais sobre a execução, podendo recomendar o aceite ou a rejeição dos serviços prestados;
- IV. Avaliar o desempenho da contratada, inclusive para fins de aplicação de penalidades, se for o caso.

11.2 À fiscalização será garantido livre acesso à área de execução, bem como a todos os documentos relacionados ao contrato, incluindo notas fiscais, comprovantes de entrega, registros técnicos, ART/RRT, listas de materiais e certificações dos produtos aplicados.

11.3 As comunicações formais entre a contratada e a fiscalização deverão ser preferencialmente feitas por escrito, podendo a contratante utilizar o Sistema Eletrônico de Contratações Públicas ou meios digitais oficiais disponíveis.

11.4 A atuação da fiscalização não exime a contratada de sua responsabilidade integral pela execução correta dos serviços, nem implica corresponsabilidade técnica ou jurídica pelos atos praticados pela contratada.

11.5 GESTOR:

NOME: Beatriz Roncato

CARGO: Coordenadora Geral

CPF/MF: 359.894.718-66

E-mail institucional: coordenacaogeral@francomontoro.com.br

11.6 GESTOR SUBSTITUTO:

NOME: Mário Vedovello Filho

CARGO: Diretor Administrativo FMPFM

CPF/MF: 056.602.118-87

E-mail institucional: direcao@francomontoro.com.br

11.7 FISCAL:

NOME: Talita Lana Moreira

CARGO: Administradora de Campus

CPF/MF: 315.646.258-69

E-mail institucional: diplomas@francomontoro.com.br

12 – DO FATURAMENTO

12.1 – Os preços ofertados deverão ser na condição mínima de pagamento à 15 d.d.l (quinze dias da data líquida), mediante apresentação de nota fiscal / fatura;

12.1.1 – Deverá ser emitido documento fiscal em nome da Fundação Educacional Guaçuana, CNPJ nº 52.742.236/0001-05, sendo o pagamento efetuado mediante apresentação do mesmo;

12.1.2 – Em caso de irregularidade na entrega do objeto do presente termo, caracterizada com a entrega em desacordo com as especificações, quantidades e irregularidades na documentação fiscal, o prazo de pagamento será contado a partir da data da correspondente regularização;

12.2 – Os preços deverão ser apresentados em moeda corrente do país, devendo incluir todos os custos diretos e indiretos, julgados necessários pela CONTRATADA e todas as incidências que sobre eles possam recair, tais como encargos fiscais, tributos, taxas, impostos e outros;

12.3 – A CONTRATADA será exclusivamente responsável pelos encargos sociais e trabalhistas devidos ao pessoal envolvido no fornecimento;

12.4 – Os preços referentes ao fornecimento do objeto deste Termo de Referência serão firmes e irrevogáveis durante o prazo de vigência de contratação deste Termo de Referência;

13 – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

13.1 - As despesas decorrentes do objeto deste Termo de Referência correrão por conta dos recursos orçamentários vigentes e previstos para o exercício de 2025, sendo efetuado o devido empenhamento no item orçamentário específico:

25	19.05.12.364.2005.1.013.449051.04.1100000	AMPLIACAO E REFORMA DE UNIDADES DO ENSINO SUPERIOR OBRAS E INSTALAÇÕES
----	---	--

14- CRITÉRIO DE JULGAMENTO

14.1 – O julgamento das propostas com efeito de classificação entre as empresas ofertantes, deverá ser o de **MENOR VALOR GLOBAL**.

Mogi Guaçu, 16 de setembro de 2025

DRA. LUCIANE ELISABETE PEREIRA

Presidente da FEG
Portaria nº 28/2024

Ciente. De acordo com o Termo de Referência.